

OS DIAS DA SEMANA

# O fatalismo dos incêndios



**EDUARDO JORGE  
MADUREIRA LOPES**

osdiasdasemana@gmail.com

Em vez de Agosto, Junho. As palavras que, todos os anos, se podem repetir quando chega o pino do Verão podem-se repisar, desta vez, antes ainda da entrada no que, em prolectocivilês, se designa por fase Charlie, assinalando uma espécie de fatalismo a que parecemos estar condenados. Mais uma vez, não terá perdido pertinência um velho texto que escrevi para o *Público* no dia 2 de Agosto de 2004, há treze anos, portanto: “Talvez não seja possível, para já, fazer desaparecer total e definiti-

vamente os incêndios do calendário estival. O desleixo, o desordenamento florestal, o despovoamento rural, a falta de mão-de-obra para limpar as matas, o foguetório, os interesses de especuladores imobiliários ou de madeireiros, determinadas perturbações mentais, as políticas erradas de prevenção de incêndios e a deficiente coordenação de pessoas e de meios estão disponíveis para se misturar, em proporções diferentes, num caldo que tem as nefastas consequências que as televisões sobejamente têm documentado”. Em vez de Agosto, Junho. E numa versão com consequências muito mais trágicas. A esperança de um ano que nos surpreenda com um vigoroso desmentido de que tudo se repete voltou a dissipar-se.

Não estamos, com certeza, condenados ao fatalismo, mas, por enquanto, tem sucedido que, ano após ano, sobre os incêndios, há conclusões que pouco variam. Como há quase uma década e meia, pode dizer-se que, agora,

para que tudo isto fique esquecido, basta esperar que passe a época dos fogos, para, quando chegar o inverno, falarmos do problema das inundações, nos breves intervalos em que os *media* calam a chusma de comentadores futebolísticos que infectam as ondas da rádio e os ecrãs televisivos.

O profundo mal-estar com o que ocorreu em Pedrógão Grande não deixa de se reforçar quando se repara, lendo os jornais, nos múltiplos negócios estragados ou, sobretudo, ruinosos, que se vão fazendo por conta do combate aos incêndios.

O camião-frigorífico da Autoridade Nacional de Protecção Civil não funciona. Adquirido para prestar serviço em situações de catástrofe com elevado número de vítimas mortais, o enorme camião avariou-se no momento em que ia ser usado pela primeira vez. Por essa razão, segundo noticiou na quinta-feira o *Jornal de Notícias*, a maioria dos 64 cadáveres das vítimas do incêndio de Pedrógão Grande tiveram de ser transferidos

para um camião-frigorífico usado para transportar e conservar bens alimentícios.

O Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), não funciona. “É inacreditável! Gastámos cerca de 400 milhões de euros num sistema de comunicação de protecção civil e passados cerca de dez anos continuamos com um sistema que falha”, afirmou António Salgueiro, especialista em fogos florestais, numa entrevista concedida ao *Público* e à *Rádio Renascença*. O *Correio da Manhã* estabelecia num montante muito mais elevado o custo do SIRESP: “Sistema de 568 milhões falha na tragédia”, dizia na quinta-feira a manchete do jornal. O valor da operadora da Rede Nacional de Emergência e Segurança resultante de uma parceria público-privada podia ter sido “um pouco mais baixo”, garantiu, sob juramento, no Parlamento, Oliveira Costa, um dos homens do negócio, recordou o *Público* também na quinta-feira. O jornal lembrou ainda o cálculo

feito pelo ex-governante: “Ora bem, o que se gastou para fazer o SIRESP julgo que andará à volta de 80 e tal milhões de euros.” Os helicópteros Kamov não funcionam. No i, igualmente na quinta-feira, um jornalista reparava que “parte dos Kamov não voam”. Em 2016, a revista *Visão* na edição de 7 de Abril, “fez as contas e concluiu que entre aquisição, gestão, manutenção e reparação dos helicópteros Kamov foram gastos, no espaço de dez anos, pelo menos 348,8 milhões de euros, o equivalente ao que as associações de bombeiros recebem do Estado em 13 anos e cerca de 17 vezes mais do que se gasta anualmente na prevenção dos incêndios florestais”. Estimava a revista que, “tendo em conta que os Kamov voaram cerca de 10 mil horas desde que estão ao serviço do Estado português, cada hora voada custou aos contribuintes 34,8 mil euros”.

Realizando uma adição simples, apenas com as duas parcelas do SIRESP e dos Kamov, obtém-se 916,8 milhões de euros, quase mil milhões

de euros eloquentes sobre os favores que os incêndios são susceptíveis de propiciar.

Os ladrões funcionam. O ar estava ainda irrespirável quando a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande veio alertar a população para a vaga de assaltos nas aldeias evacuadas devido ao incêndio. “Ainda há pessoas que têm a lata de vir roubar os nossos velhinhos”, dizia o presidente dos Bombeiros do concelho. Além dos ladrões de proximidade, que saqueiam os mais idosos, outros há – bem conhecidas e nem sempre suficientemente mal afamadas personagens – que extorquem o Estado, metendo a mão em negócios legais, não se coibindo de esbulhar o país em nome da luta contra os incêndios. Interessados, portanto, em que eles continuem activos. Nenhum fado nos diz que assim tem de continuar a ser.

CRÓNICA DO VERDE

## Crónica negra



**FERNANDA LOBO GONÇALVES**

Arquitecta Paisagística  
Eng.ª Agrícola

Talvez por respeito aos que partiram e se deixaram abraçados ao corpo dos seus filhos, hoje é um daqueles dias em que não me ape-

tecia escrever uma linha que fosse. Entre a catarse e a necessidade, quase fui derrotada pela náusea de tanta demagogia catedrática e de tantas outras opiniões pífiás. Talvez fosse preferível o silêncio; aquele mesmo silêncio que sobra e se ouve sobre todas as coisas, depois do fogo. Mas, quantas vezes o silêncio respeitoso pode ser confundido com a aquiescência cúmplice? Por isso, e porque (como escrevi por aqui há quase um ano) não cesso de me espantar com uma certa cultura de

desprezo pelo saber científico daqueles que estudam os problemas, as suas

causas e as soluções, não posso deixar de escrever meia dúzia de linhas.



A dimensão dos incêndios florestais das últimas décadas, não é mais que um sintoma da doença crónica que radica no deficiente ordenamento do território e nas alterações sociodemográficas do último meio século português. Os problemas da nossa floresta estão identificados e a forma de os resolver, com mais ou menos pontos polémicos, são também já conhecidas. Mudar é uma urgência, com certeza, mas a mudança exige o empenhamento de to-

dos e demorará décadas. Por respeito aos engenheiros florestais, geógrafos, agrónomos, paisagistas e outros mestres, a maioria já falecidos, com os quais aprendi a amar este país e a ver para além da paisagem; por respeito a tantos outros nossos contemporâneos, alguns ilustres colegas e amigos, que continuam, nas universidades, no Estado e nas empresas, a propor medidas estruturais e a remar contra uma maré de interesses conjunturais, fico-me, hoje, por aqui.